

Veículo: Folha de SP	Caderno: Educação
Data 23/01/2020	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## Piso de R\$ 2.886 do professor desafia estados e municípios

*Para entidades que representam secretarias de Educação, medida trará problemas*

23.jan.2020 às 2h00

[Paulo Saldaña](#)

### BRASÍLIA

O novo valor do piso nacional dos professores para 2020, com alta de 12,84%, será um grande desafio para os caixas de estados e principalmente de municípios. A folha de pagamento de docentes representa os maiores custos das contas de governos e prefeituras.

Secretários de Educação temem ter dificuldades para adequação e se preocupam com a possibilidade de haver greves. O piso salarial dos professores de educação básica subiu para R\$ 2.886,24 neste ano. O anúncio foi feito pelo [governo Jair Bolsonaro](#) na quinta (16).

Em 2019, o valor era de R\$ 2.557,74. Redes públicas de ensino do país já enfrentavam limitações orçamentárias para pagar professores como pede a legislação federal.

A definição do percentual de reajuste é ancorada nos critérios da Lei do Piso, de 2008. A regra considera a evolução anual do valor mínimo pago por aluno por meio do [Fundeb](#) (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Principal mecanismo de financiamento da área, o Fundeb é composto por uma cesta de impostos com base na qual se define o montante de recursos públicos por aluno. Estados que não alcançam o mínimo recebem complementação da União, da ordem de 10% do volume do fundo.

Para 2019, o valor-base do Fundeb chegou a R\$ 3.440,29 por aluno, contra R\$ 3.048,73 em 2018. Isso representa variação de 12,84%, a mesma aplicada, portanto, à definição do piso salarial dos professores. Oito estados do país, porém, não cumpriam o piso nacional para professores em abril do ano passado, segundo último levantamento da CNTE (Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação).

Há cidades que não conseguem pagar o valor estipulado pela lei federal. Mas falta compilação de dados das redes municipais. Undime e Consed, entidades representantes de secretarias municipais e estaduais de Educação, respectivamente, preocupam-se com o impacto da medida da gestão Bolsonaro.

Segundo o vice-presidente do Consed, Fred Amancio, houve surpresa com o valor final por aluno do Fundeb, bastante superior à estimativa feita no início do ano.

O reajuste do piso ficou bem acima da inflação e dos percentuais de anos anteriores. O IPCA (índice oficial de inflação) em 2019 fechou em 4,31%, segundo o IBGE. “O Consed é favorável à lei do piso, e a valorização dos professores é positiva. Mas o percentual está muito acima e, no momento, na realidade dos estados, pode gerar outros problemas para a educação”, disse Amancio, que é secretário de Educação de Pernambuco.

Em 2019, o reajuste do piso salarial dos professores havia sido de 4,17%. O reajuste vale, segundo a lei, para professores com jornada de 40 horas. “Temos informações de muitos municípios que terão dificuldade de cumprir, mesmo tendo consciência da importância da valorização dos professores”, diz o presidente da Undime, Luiz Miguel Garcia.

Ele diz que a adequação ao piso eleva riscos de diminuição de atividades pedagógicas, como a implementação de escola em tempo integral. Isso porque muitas cidades não têm recursos próprios e são dependentes do Fundeb.

O fundo responde por ao menos 70% do orçamento da educação em quatro de cada 10 municípios do país. O Fundeb vence neste ano e ainda se discute aumentar o papel da União no financiamento.

Secretária de Educação de Crateús (a 350 km de Fortaleza), Luiza Aurélia Teixeira preside a Undime no Ceará e diz que mais de 90% dos municípios do estado não têm arrecadação própria e dependem do Fundeb para pagar salários. “Temos preocupação em atender o reajuste do piso e respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.” Para ela, o ano exigirá planejamento financeiro, com redução de gastos e consequente risco de paralisações de professores.

O presidente da CNTE, Heleno Araújo, diz que é essencial que os entes federativos apliquem o percentual para se adequar à Lei do Piso e também à meta do PNE (Plano Nacional de Educação). “Quem negar o reajuste descumpra duas leis federais”, diz Araújo, que representa os professores.

A lei do PNE estipulou, em 2014, que até 2020 o país equiparasse os ganhos dos professores à renda de outros profissionais com a mesma escolaridade. Os cálculos mais recentes mostram que os professores ganham pouco mais da metade do que recebem, na média, profissionais de outras áreas com diploma superior.

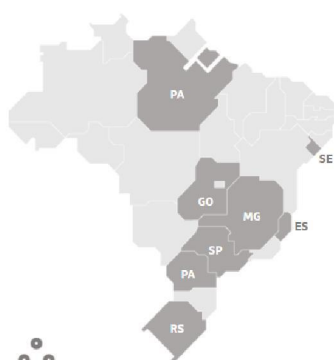
O novo valor do piso foi anunciado, em transmissão pela internet, por Bolsonaro e pelo ministro da Educação, [Abraham Weintraub](#), em tom de feito positivo. Weintraub foi questionado na sexta (17) sobre como o MEC analisa o impacto nas contas de estados e cidades, mas não respondeu.

O ministro disse que o novo valor vale a partir de agora e que este foi um dos maiores aumentos em termos reais. “O presidente não vetou, pronto. Teve pressão para vetar? Teve, sim”, disse ele, afirmando que governadores ligaram para tentar impedir que o governo oficializasse o reajuste.

A Lei do Piso prevê que a União é responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, “de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos”.

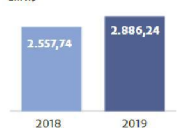
### Piso dos professores

Redes estaduais que não cumpriam o piso salarial dos professores em abril/2019

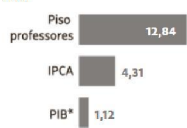


**2.226.423**  
professores atuam na educação no país

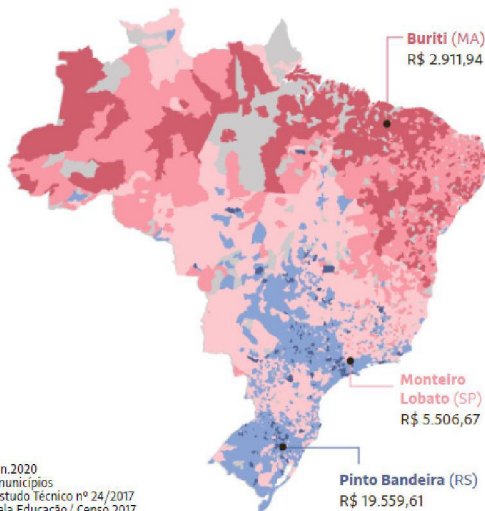
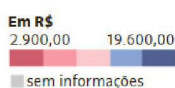
Piso salarial dos professores da educação básica



Variações



Prof. por rede em que atuam



\*Projeção do governo federal de jan.2020  
\*\*Dados de 2019, considera 5162 municípios  
Fontes: FNDE/MEC, Inep/MEC e Estudo Técnico nº 24/2017 da Conof/CD. Elaboração: Todos Pela Educação/ Censo 2017

Mesmo com distribuição do Fundeb, **gasto anual por aluno é muito desigual no Brasil\*\***

# Tribuna

## Guedes pretende congelar salário do servidor

Alessandra Azevedo,  
Estado de Minas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou ontem, a necessidade de congelar a folha de pagamento do funcionalismo. Por isso, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 186/2019, conhecida como PEC Emergencial, será prioridade do governo este ano. O projeto, em andamento no Congresso, prevê uma série de gatilhos a serem acionados em caso de descumprimento da Regra de Ouro, dispositivo que proíbe o governo de se endividar para pagar gastos correntes, como despesas com pessoal.

Entre essas medidas, estão o congelamento da folha de pagamento dos funcionários, com a possibilidade de diminuir a jornada de trabalho em até 25%, com corte proporcional nos salários, e a proibição de criação de cargos. "Num país que cresce 2,5% este ano, e tem inflação de 4%, as

receitas crescem quase 8%. Então, se você congela a conta de salários por um ano e meio, ou dois anos, a situação fica sob controle", disse Guedes.

"Atacamos a Previdência, atacamos os pagamentos de juros na dívida pública e, agora, vamos atacar a folha de pagamentos", afirmou o chefe da equipe econômica, em Davos, na Suíça, onde participa do Fórum Econômico Mundial. A aprovação da reforma da Previdência, em novembro de 2019, permitiu eliminar privilégios da categoria, disse o ministro. "Não apenas o governo estava gastando muito, como era um gasto de baixa qualidade", disse. Guedes lembrou que houve apoio da população para que as mudanças nas regras de aposentadoria e pensão fossem definidas.

A vitória na reforma da Previdência não significa, porém, que outras pautas do governo terão o mesmo sucesso, alerta a consultora econômica Zeina Latif. Ela concorda que a PEC Emergencial é importante e defende a necessidade de o

governo criar uma margem de manobra em casos de emergência fiscal. O problema é que a proposta é ambiciosa, disse. "Tem que ver quanto dela será, de fato, aprovado", ponderou.

O resultado final do projeto, se será ou não muito desidratado, é um teste para o governo avaliar a influência que tem no Congresso. "A reforma da Previdência era consensual, teve todo um trabalho anterior de conscientização da necessidade das mudanças. A PEC Emergencial não é. Agora, o problema da articulação política pode pesar muito mais", avalia Latif. Ainda assim, o governo prevê aprovação da matéria ainda no início do ano.

### REAÇÕES

A esperança dos servidores públicos é justamente a falta de articulação do governo. Diretor da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), Moacir Lopes conta que o objetivo, logo no início do ano, é "convencer os par-



lamentares de que a medida é inconstitucional". Segundo ele, o governo já reduziu de maneira indireta os salários do funcionalismo ao aprovar a reforma da Previdência, que aumentou as alíquotas de contribuição para até 22% da remuneração bruta.

Assim que os parlamentares voltarem do recesso,

na primeira semana de fevereiro, os servidores devem sugerir mais emendas à PEC. Até agora, já foram apresentadas 56 sugestões de mudanças no texto, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, para depois ser avaliada pelo plenário. Em seguida, precisa passar pela Câmara.

O presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino, acredita que as eleições municipais deste ano podem atrapalhar a estratégia do governo de penalizar o serviço público no ajuste fiscal. "Achamos que a campanha para vereadores e prefeitos vai ter muito peso no Congresso.

Veículo: Correio\*

Data: 23/01/2020

Caderno: Economia

**Correio\***  
O QUE A BAHIA QUER SABER

# Satélite



*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● O texto fala em 61 e 64 anos e não leva em conta os 35 anos de contribuição. É preciso garantir que os servidores se aposentem de forma voluntária pelas regras atuais **Alan Sanches**

Deputado estadual do DEM, ao defender emenda à reforma da Previdência que assegura ao servidor que tenha ingressado até a aprovação da PEC a chance de se aposentar aos 56 (mulheres) e 58 anos (homens).

## Sinal amarelo

A Bahia elevou o nível de alerta das equipes de vigilância epidemiológica e sanitária para identificar casos suspeitos de um novo tipo de coronavírus detectado recentemente na China e que, até ontem, já havia afetado mais de 470 pessoas em pelo menos sete países, com 17 mortes. Por orientação do Ministério da Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) determinou a revisão dos fluxos de investigação sobre eventuais casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars) associada a coronavírus e o encaminhamento das ocorrências suspeitas ao hospital estadual de referência para doença infectocontagiosas, o Instituto Couto Maia, onde será feito rastreamento de contato com pessoas supostamente infectadas pelo vírus.

### SEM PRESSÃO

No alerta enviado às equipes de vigilância, a Sesab recomendou cautela para evitar “medidas restritivas e desproporcionais em relação aos riscos para a saúde e trânsito de pessoas, bens e mercadorias”, já que não foi registrado nenhum caso suspeito na Bahia.

## Bloco de trio

Os três principais candidatos de oposição na disputa pela chefia do Ministério Público do Estado (MP) decidiram unificar as estratégias de campanha para reduzir as chances do bloco ligado à procuradora-geral de Justiça, Ediene Lousado. A idela dos promotores Pedro Maia, que ficou em primeiro lugar nas duas últimas eleições, Norma Cavalcanti e Alexandre Cruz é garantir votos suficientes para todos eles entrem na lista triplíce que será submetida à escolha do governador Rui Costa, sob argumento de que é preciso assegurar alternância de poder no MP baiano e evitar mais dois anos de domínio do órgão pela atual gestão.

## Quinteto em si

Para tentar frear a oposição, o grupo ligado a Ediene Lousado lançou cinco candidatos no páreo marcado para 7 de fevereiro: Wellington César Lima e Silva, que chefiou o MP por duas vezes, Paulo Gomes, Sara Mandra Rusciolelli, Rogério Queiroz e Marcelo Guedes. O objetivo é que um ou dois deles consigam espaço na lista triplíce – o que, em tese, diminui a probabilidade de derrota para a ala adversária. Outros dois concorrentes, o procurador José Cupertino Aguiar e o promotor Cássio Marcelo de Melo, são considerados outsiders.

## Bate-volta

Demitida no último dia 15 e re-nomeada 24 horas depois por Rui Costa, a diretora-geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Márcia Cristina Telles, deixou temporariamente o cargo para ter direito à estabilidade financeira. Segundo apurou a Satélite, Márcia Cristina, que é servidora pública de carreira, precisava reassumir suas funções no estado por ao menos um dia para assegurar o benefício salarial.

## Troca de casa

Esposa do deputado federal Cláudio Cajado (PP) e ex-pre-feita de Dias D'Ávila, Andreia Xavier foi exonerada oficialmente pelo governo Jair Bolsonaro, ontem, do comando da Superintendência Estadual da Fundação Nacional da Saúde. Andreia deixou o cargo para virar diretora de Administração e Finanças da Desenhahia.

Veículo: Correio*	
Data: 23/01/2020	Caderno: Economia



## RESTOS A PAGAR CAEM 4,7% EM 2020

**CONTAS PÚBLICAS** O novo sistema que prevê o cancelamento automático de despesas autorizadas há mais de dois anos diminuiu o estoque de restos a pagar (verbas de anos anteriores) para 2020. Segundo relatório divulgado ontem pelo Tesouro

Nacional, o total de despesas de anos anteriores autorizadas para este ano soma R\$ 180,7 bilhões, queda de 4,7% em relação ao estoque de R\$ 189,6 bilhões registrado no início de 2019. Em valores corrigidos pelo IPCA, a redução chega a 8,6%.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**CVM** Oferta tem valor de até US\$ 5,6 bilhões - equivalentes a R\$ 23,5 bilhões - e envolverá a alienação de até 9,86% das ações ordinárias da empresa

## BNDES anuncia venda de ações da Petrobras

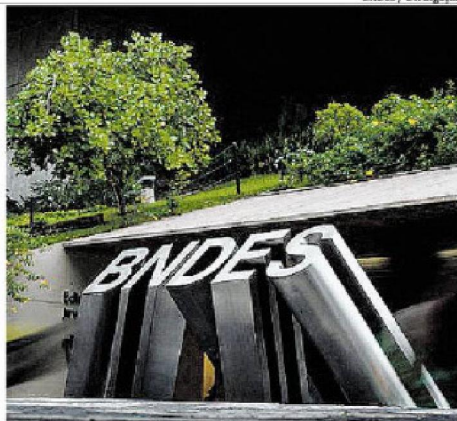
**ALANA GANDRA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou ontem a realização de oferta pública global de ações da Petrobras que pertencem à instituição. A oferta tem valor de até US\$ 5,6 bilhões - equivalentes a R\$ 23,5 bilhões - e envolverá a alienação de até 9,86% das ações ordinárias da Petrobras, entre oferta base e "hot issue" (o lote adicional pelo qual a companhia pode elevar o volume de venda em até 20%, dependendo da demanda pelos papéis), informou o banco por meio de nota.

As ações preferenciais de propriedade do BNDES não serão alienadas.

A oferta será feita no Brasil e no exterior. Por isso, a operação foi registrada no órgão regulador brasileiro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Economia. O órgão equivalente nos Estados Unidos, a 'Securities and Exchange Com-



A oferta é de ações que pertencem à instituição

mission' (SEC), também foi notificado.

De acordo com o BNDES, a operação é resultado do programa de desinvestimento de participações acionárias em empresas listadas na bolsa de valores. O objetivo do programa, iniciado em 2019,

é reduzir o risco de mercado do banco, permitindo o redirecionamento dos recursos para investimentos em áreas de maior impacto para a sociedade, como saneamento, mobilidade urbana, educação e segurança.

Esse processo de desinves-

timento já incluiu, nos últimos meses, a venda total de participações acionárias do BNDES na Marfrig Global Food S.A. e na Light S.A.. O BNDES tem em curso, ainda, potencial oferta pública de ações ordinárias da JBS.

### Ações ordinárias

Outra decisão acionária encaminhada pela Petrobras à CVM foi a oferta pública secundária protocolada pelo BNDES. A oferta envolve a venda de até 734.202.699 ações ordinárias de emissão da Petrobras e pertencentes ao banco.

O período de reserva das ações da oferta brasileira se estenderá de 29 deste mês até 4 de fevereiro. A fixação do preço por ação acontecerá no dia seguinte (5).

O início das negociações das ações na bolsa de valores deve ocorrer em 7 de fevereiro de 2020, em conformidade com o previsto em regulamento. A data máxima da negociação vai até 6 de agosto. Não houve ainda informação sobre a data da oferta no exterior.

### BANCO DE DADOS

Atividade do comércio tem alta de 2% em 2019, diz Serasa

**DANIEL MELLO**

Agência Brasil, São Paulo

A atividade no comércio registrou alta de 2% em 2019, segundo levantamento divulgado ontem pela Serasa Experian a partir das consultas ao seu banco de dados. Na comparação entre dezembro do ano passado e o mesmo mês de 2018, foi registrada alta de 3,9%.

O aumento da atividade no ano foi puxada pelo setor de veículos e autopeças, que teve alta de 8,4% no ano e pelo ramo de material de construção, com elevação de 4,6% em 2019. O setor de supermercados teve alta de 0,6%. Enquanto acumularam ao longo do ano pequenas quedas os setores de vestuário e acessórios (0,6%) e móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos (0,4%).

Também foi verificada uma alta na atividade do comércio no último Natal de 4,1% em relação ao período de 18 a 24 de dezembro de 2018. Segundo o economista da Serasa Luiz Rabi, a queda na taxa de juros melhorou o acesso ao crédito. Ao longo de 2019, a taxa básica de juros (Selic) caiu de 6% para 4,5%.

### FGV

Confiança da indústria cresce na prévia de janeiro

**VITOR ABDALA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A confiança dos empresários da indústria cresceu 1,1 ponto na prévia de janeiro deste ano, na comparação com o resultado consolidado de dezembro do ano passado.

Com isso, o indicador chegou a 100,5 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos, segundo dados divulgados ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

### Expectativas

O aumento da confiança foi puxado pelo crescimento das expectativas dos empresários em relação aos próximos meses.

O Índice de Expectativas cresceu 2,4 pontos e atingiu 101,6 pontos, que foi o maior valor desde junho de 2018 (102,3 pontos).

O Índice da Situação Atual, que mede a confiança dos empresários no momento presente, recuou 0,3 ponto, para 99,3 pontos.

O resultado preliminar de janeiro indica aumento de 0,4 ponto percentual do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria, para 75,5%.

## Falta de solução para fábrica da Ford põe em xeque imagem de Doria

Anúncio de fechamento de planta industrial completa um ano em fevereiro

Por Marli Olmos e Malu Delgado — De São Paulo

23/01/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Doria, em evento em setembro com presidente da Ford na América Latina e empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade que parecia sacramentar solução — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

Negociações de venda de grandes ativos entre empresas costumam ser protegidas por alto grau de confidencialidade. Em geral, a notícia só vem a público quando o acordo já está fechado. Se a discussão envolve a venda de uma fábrica o cuidado com o sigilo é ainda maior. É preciso evitar especulações, resguardar os trabalhadores e, principalmente, impedir que o assunto se transforme em alvo de promoção política de partidos e governantes. Quando isso acontece, o político envolvido corre o risco de o episódio se tornar uma propaganda negativa.

Desde sua rápida gestão como prefeito, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB) sempre usou a proximidade com o meio empresarial, conquistada ao longo dos anos de experiência à frente do Lide (Grupo de Líderes Empresariais), como um trunfo de gestão. No caso do fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP), anunciada há quase um ano, porém, a interferência do governador e seu hábito de antecipar negociações não concluídas acabou por transformar um episódio que poderia render dividendos políticos num arranhão à sua imagem.

## Governador disse que “governo de São Paulo cumpriu seu papel” e que decisão final cabe às empresas privadas

Doria entrou nessa história em 21 de fevereiro de 2019, dois dias depois de a Ford anunciar que deixaria de produzir caminhões no Brasil, o que levaria ao fechamento da fábrica do ABC. O governador prontificou-se a ajudar a empresa a encontrar um comprador e evitar o maior número possível de demissões. Escalou o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, com bom trânsito entre investidores, para ajudar. “Vamos, de forma célere, objetiva e rápida, buscar o comprador”, disse Doria.

Logo depois que o governador abraçou a causa surgiu um interessado, o grupo Caoa. A partir daí, foram 11 meses de informações desencontradas sobre negociações, tentativas de obtenção de empréstimos e, desde a véspera do Carnaval de 2019, uma sucessão de anúncios de que o caso estava próximo de um final feliz. No dia 3 de abril, Doria disse que o novo dono da fábrica seria anunciado depois da Páscoa e 12 dias depois, em entrevista no programa “Roda Viva”, prometeu novidades para o mês seguinte.

A história ganhou tom ainda mais nebuloso por envolver o enigmático Carlos Alberto de Oliveira Andrade, proprietário da Caoa. O empresário cujas iniciais dão nome ao grupo que ele fundou é um empreendedor de sucesso que raramente aparece em público e não costuma dar satisfações sobre seus negócios. O cliente é o único que lhe importa agradar.

O caso da Ford transformou-se num episódio emblemático das incursões do governador no ambiente empresarial durante seu primeiro ano no comando do maior Estado do país. O momento mais marcante foi a tarde de 3 de setembro. Uma forte chuva atrapalhou o horário do pouso do helicóptero que transportava o governador até o Palácio dos Bandeirantes, onde a imprensa o aguardava para um importante anúncio.

Ao chegar, informou que o grupo Caoa acabara de fechar a intenção de compra da fábrica. Em 45 dias seriam anunciados o valor e futuros investimentos. Mas havia algo esquisito no ar. Os semblantes dos convidados, o presidente da Ford na América do Sul, Lyle Watters, o vice, Rogelio Golfarb, e Oliveira Andrade, da Caoa, estavam sérios, fechados.

Andrade respondeu a três perguntas e gravou um vídeo para a equipe de comunicação do governo elogiando o empenho de Doria. Os executivos da Ford não disseram nada. Alegando atraso para um compromisso, Doria encerrou a entrevista. Antes, porém, posou ao lado de Watters e Andrade para uma foto e, de mãos dadas, o trio ensaiou um sorriso. “É uma satisfação ter contribuído para que uma solução negociada de privado com privado pudesse ser cristalizada”, disse Doria.

Na semana passada, Doria e Ford anunciaram o fracasso das negociações com o grupo Caoa. Desde então, o governador decidiu afastar-se das repercussões negativas do episódio. Questionado pelo **Valor**, disse que “o Estado não pode interferir numa relação entre empresas privadas”.



“A venda da fábrica é uma decisão da Ford do Brasil perante seus potenciais compradores”, disse, por meio de nota. Mas fez questão de destacar sua boa intenção: “O Governo de São Paulo cumpriu seu papel em relação à venda da fábrica da Ford, apoiando geração de novos empregos e atração de investimentos”.

A Ford já havia tentado vender a fábrica do ABC antes de o governador ter a ideia. Em 2018, a empresa conversou com alguns fabricantes de caminhões. Apesar de o imóvel ser antigo, com mais de cinco décadas, os equipamentos modernos poderiam continuar operando.

Fechar uma fábrica não é uma decisão fácil. A multinacional americana mexeu com um dos símbolos da industrialização no Brasil, um marco da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Já esperava pelo impacto da notícia e pela resistência das lideranças sindicais, que chegaram a viajar até Dearborn, sede da companhia, nos Estados Unidos, em busca de explicações.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não tem dúvidas de que o grupo Caoa de fato se interessou pelas instalações. Não fosse assim não teria o grupo se reunido diversas vezes com o sindicato para definir regras para os contratos dos operários.

A Caoa ficaria com 700 dos 2,2 mil empregados, segundo o sindicalista Rafael Marques, um dos principais envolvidos na negociação com a Ford. O próprio Oliveira Andrade, diz Marques, participou da discussão sobre participação nos resultados. Nas negociações foi acertado que o teto salarial seria 30% menor do que o máximo concedido pela Ford.

Os trabalhadores foram os mais prejudicados com o vai-e-vem de notícias. Foram meses de esperança em torno da negociação. Segundo Marques, as informações ficavam mais claras quando Meirelles as detalhava por meio da imprensa. Foi assim que os sindicalistas foram bater à porta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde Andrade teria solicitado financiamento.

A sede do governador de São Paulo por investimentos industriais envolveu outros setores. E igualmente Doria antecipou-se aos fatos. Em viagem à China, em agosto, anunciou que a Huawei investiria US\$ 800 milhões entre 2020 e 2022 em nova fábrica no Brasil. Mas, em comunicado, empresa disse que vai aguardar leilão da telefonia 5G antes de investir.

Foi, porém, o setor automotivo que mais marcou o envolvimento do tucano com a iniciativa privada. Em março, ele aproximou-se da General Motors, que ameaçava deixar o Estado, ao lançar o IncentivAuto, programa que dá desconto de até 25% no ICMS para montadoras com novos planos de investimento de ao menos R\$ 1 bilhão.

No início de maio, Doria antecipou investimento de R\$ 1,4 bilhão da Scania, anunciado três semanas depois. Ele disse que essa seria a segunda a aderir ao IncentivAuto, mas a empresa sueca esclareceu que o investimento não estava atrelado ao incentivo. O governador também viajou, a convite da Volkswagen e da Toyota, até Alemanha e Japão, respectivamente, para conhecer as sedes das multinacionais.

Em Wolfsburg, em 29 de agosto, anunciou que a Volks iria investir R\$ 2,4 bilhões nas fábricas paulistas. Na verdade, o governador só confirmou a parte destinada a São Paulo do programa de R\$ 7 bilhões, anunciado em 2016.

Marques diz que o sindicato aguarda, desde o fim de 2019, uma audiência com o governador e com o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB). Com a saída da Ford, Morando calcula que este ano o município vai perder R\$ 10,2 milhões em ICMS, R\$ 3,6 milhões em ISS e cerca de R\$ 100 mil em taxas. Por meio de nota, Morando disse que a prefeitura não foi comunicada sobre o fracasso das negociações com a Caoa e tampouco foi procurada por outros investidores.

Segundo Marques, Morando prometeu ao sindicato não abrir brecha na lei de zoneamento para impedir que a área da Ford seja vendida a alguma construtora de imóveis residenciais.

Essa história não acabou. Segundo a Ford, ainda há interessados nas instalações de São Bernardo. Doria tem chances, portanto, de sair-se bem se a fábrica for vendida. Mas os prejuízos que o caso provocou ao seu primeiro ano de gestão podem respingar em suas aspirações na carreira política.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019  
SAVERDAILY

### LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Os 17 países mais ricos na América Latina  
EVERYDAYCHIMP

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os carros que você deve passar longe!  
SENHOR CARROS

### LINK PATROCINADO

10 Cabelos que te deixarão mais jovem  
FLASHPOSTS.COM

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Quem pode ser um MEI?

### VALOR INVESTE

Atlas Quantum suspende serviços por 72 horas

### VALOR INVESTE

Ações de aéreas fecham em baixa após notícias sobre coronavírus

### VALOR INVESTE

Google entra no clube do US\$ 1 trilhão, mas Amazon é a mais cara; entenda

### VALOR INVESTE

Comércio Brasil-Irã não deve diminuir com crise com EUA, diz professor da FGV

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente", diz Bolsonaro sobre denúncia contra chefe da Secom

---



**Por Ribamar Oliveira**

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi assessor de imprensa do Ministério do Planejamento e do BC, e ganhou o Prêmio Esso de Economia

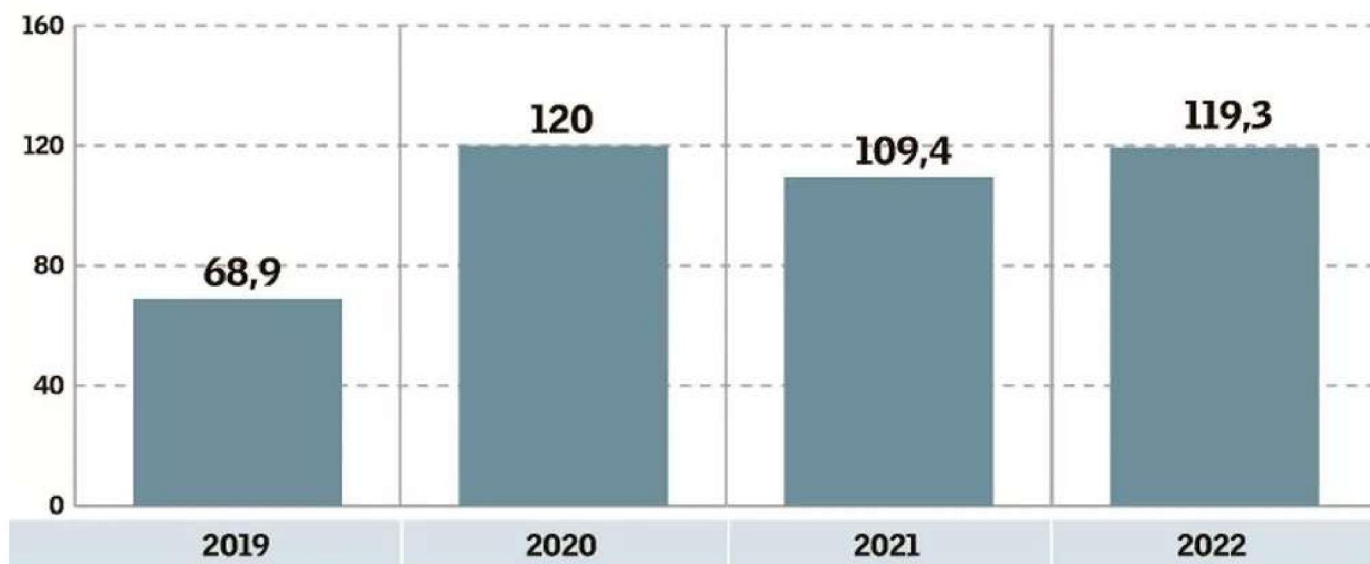
## Economia com juros será de R\$ 417,6 bi

Déficit nominal neste ano será menor do que em 2019

23/01/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

# Economia com pagamento de juros

Em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria Especial de Fazenda, do Ministério da Economia

A despesa do governo com o pagamento de juros da dívida pública federal cairá R\$ 417,6 bilhões durante os quatro anos do governo Bolsonaro, de acordo com estimativa do Ministério da Economia. O valor corresponde a quase a metade da economia em dez anos que será obtida com a reforma da Previdência Social, aprovada pelo Congresso Nacional, no ano passado, projetada em R\$ 855,7 bilhões.

A estimativa é conservadora, como observou o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em entrevista ao **Valor**. A economia do governo com o pagamento de juros no período de quatro anos foi calculada com base na taxa média de juros de emissão de papéis do Tesouro em 2018, de 9,5% ao ano, comparando-a com a taxa média verificada em 2019, de 7,3% ao ano. A hipótese utilizada foi a de que esta última taxa se manteria daqui para frente.

## Déficit nominal neste ano será menor do que em 2019

A questão é que a taxa média está em queda. Portanto, a economia com o pagamento de juros nos próximos anos poderá ser ainda maior. O cálculo sobre a redução do custo da dívida considerou as operações compromissadas feitas pelo Banco Central para regular a liquidez no mercado.

Por causa da queda dos juros, principalmente, Waldery Rodrigues assegura que o déficit nominal do setor público neste ano será menor do que o do ano passado, que ficou em 5,9% ou 5,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O dado oficial será conhecido no fim deste mês.

“No início do ano passado, a estimativa do mercado e nossa também era de que o déficit nominal ficaria em 7% do PIB”, lembrou. “A nossa meta é reduzir o déficit nominal tanto quanto possível”, disse. “Ele vai ser declinante nos próximos anos.”

O conceito de resultado nominal das contas públicas leva em consideração o pagamento da despesa com os juros da dívida. Por isso, ele é mais abrangente do que o conceito de resultado primário, que é a diferença entre receitas e despesas, excluído o pagamento de juros.

O secretário considera razoável esperar uma redução de 0,3, 0,4 ou 0,5 ponto percentual do déficit nominal por ano. “É possível reduzir o déficit nominal só com a queda dos juros”, observou. “A despesa com o pagamento dos juros vai cair, em média, R\$ 104,4 bilhões no período de quatro anos”.

Waldery admitiu que o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) deste ano poderá ser pior do que o de 2019, quando ficou em torno de R\$ 70 bilhões, por causa de um possível volume menor de receitas extraordinárias. “Nós vamos trabalhar para que isso não aconteça”, garantiu.

Os dados oficiais sobre o resultado primário do setor público no ano passado sairão na próxima semana. Em 2019, apenas as receitas extras ou atípicas obtidas com os leilões de petróleo atingiram o recorde de R\$ 83,9 bilhões.

Zerar o déficit primário não é meta do governo, informou o secretário, mas ele disse que existe a possibilidade de que isso ocorra até o fim de 2022, principalmente em razão da aprovação das reformas que já foram encaminhadas ao Congresso e de outras que ainda serão, como a tributária, a administrativa e a proposta de adoção do fast-track para as privatizações. Esta última proposta será encaminhada ao Congresso ainda neste semestre.

As projeções do governo indicam, de acordo com Waldery, que a dívida pública bruta começará a cair já a partir de 2021, em comparação com o PIB. Neste ano, a previsão do secretário é que a dívida ficará “praticamente estável” em torno de 77% do PIB, com flutuações sazonais durante o ano. “Hoje, podemos garantir que a dívida não ultrapassará 80% do PIB”, disse.

Para a queda da dívida, o governo conta também com o pagamento antecipado pelo BNDES dos empréstimos feitos junto ao Tesouro Nacional. Waldery não quis revelar o valor, mas disse que a devolução será de “algumas dezenas de bilhões de reais”, mas inferior aos R\$ 100 bilhões do ano passado.

“O montante será definido satisfeitas as condições de liquidez do banco, de solvência e respeitada a governança da instituição”, afirmou. “A decisão será do conselho de administração do banco e de sua diretoria.” Mesmo assim, o secretário ressaltou o impacto que o pagamento antecipado dos empréstimos pelo BNDES tem sobre a trajetória da dívida. “É central.”

Em janeiro de 2019, o saldo dos empréstimos do Tesouro ao BNDES era de R\$ 270,9 bilhões. Em janeiro deste ano, segundo o

Os bons resultados na área fiscal registrados em 2019 deixaram as autoridades do Ministério da Economia felizes, mas atentas, afirmou o secretário. “Nem metade do esforço fiscal foi feita até agora”, disse. Na avaliação de Waldery, os bons resultados obtidos devem elevar as pressões por mais gastos neste ano. “Não podemos relaxar, temos que continuar controlando as despesas e não deixar de aprovar as reformas”, ponderou. “Fizemos um bom pedaço, mas falta muito.”

**Ribamar Oliveira: é repórter especial e escreve às quintas-feiras**

**E-mail: [ribamar.oliveira@valor.com.br](mailto:ribamar.oliveira@valor.com.br)**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

### LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019

SAVERDAILY

### LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os 17 países mais ricos na América Latina

EVERYDAYCHIMP

### LINK PATROCINADO

Os carros que você deve passar longe!

SENHOR CARROS

### LINK PATROCINADO

Asse carnes no seu fogão sem sujeira!

DESCONTALIA

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Quem pode ser um MEI?

### VALOR INVESTE

PIB brasileiro 'perde' para 83% dos países nos anos 2010

### VALOR INVESTE

Atlas Quantum suspende serviços por 72 horas

### VALOR INVESTE

Comércio Brasil-Irã não deve diminuir com crise com EUA, diz professor da FGV

### VALOR INVESTE

Vai dar pra usar bitcoin para pagar imposto de renda? Entenda

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente", diz Bolsonaro sobre denúncia contra chefe da Secom

## Liminares do STF ameaçam contas públicas, diz procuradoria do TCU

Ordens do Supremo que desbloquearam recursos federais destinados a Estados e municípios inadimplentes estão na mira

Por Murilo Camarotto e Fabio Graner — De Brasília

23/01/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Ministério Público de Contas (MP-TCU) solicitou um levantamento detalhado sobre os efeitos de decisões liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) nas contas públicas. Estão no alvo, entre outras coisas, ordens que desbloquearam recursos federais destinados a Estados e municípios que se encontram inadimplentes com a União e outros credores.

O movimento foi bem recebido por integrantes da área econômica do governo, que tem promovido algumas conversas com o Judiciário para explicar os problemas fiscais de longo prazo causados por essas decisões, em especial quando não são definitivas. É que os governadores acabam sempre privilegiando sua conjuntura de curto prazo, respaldados em decisões da Justiça, e não atacam de forma permanente a questão fiscal, que seria crucial para garantir o financiamento das políticas públicas.

Uma das facetas mais claras é o fato de o Tesouro estar honrando empréstimos não pagos pelos Estados, mas enfrentando dificuldade de executar as contragarantias, como bloquear o repasse do Fundo de Participação dos Estados, por decisões judiciais.

A representação da procuradoria tratando dos problemas gerados pelas liminares foi encaminhada nesta semana ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), José Múcio Monteiro. Autor do documento, o procurador Lucas Furtado pede que o órgão de controle “decida pela adoção das medidas necessárias a conhecer e avaliar os reflexos negativos aos cofres públicos” das decisões liminares do STF.

“Chama-me atenção o modo como o Poder Judiciário - em especial o STF - vem tomando decisões de forma precária, através de liminares, e que, aparentemente, estão permitindo que Estados recebam recursos em descumprimento de disposições e limites estabelecidos na LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]”, diz.

Além do descontingenciamento de recursos federais repassados a outros entes, o procurador incluiu no pedido de análise as liminares que determinam a retirada de Estados e municípios de cadastros restritivos da União, bem como ordens para a equiparação do teto salarial dos professores universitários das redes estaduais com a federal.

Furtado reproduziu na representação reportagens que tratam exatamente das liminares proferidas pelo STF. Consta, por exemplo, a ordem recente do presidente do Supremo, Dias Toffoli, para o descontingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para os Estados e também o Distrito Federal.

Também é mencionada uma liminar de Toffoli determinando a retirada do Amazonas e do Amapá dos cadastros de inadimplência da União. A inclusão foi feita após surgirem suspeitas de irregularidades em um convênio com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Na ocasião, Dias Toffoli argumentou que “a inscrição do ente federativo no cadastro de inadimplentes sem a garantia do contraditório e da ampla defesa viola o devido processo legal”.

Nesta semana, o presidente do Supremo deferiu uma liminar suspendendo a aplicação de subteto aos professores e pesquisadores das universidades públicas estaduais, que deve valer como teto único aos docentes de instituições de ensino superior públicas do país. O teto federal equivale ao subsídio dos ministros do STF, que hoje é de R\$ 39,3 mil.

“Antes da liminar o salário dos professores universitários estaduais poderia chegar, no máximo, ao recebido pelo chefe do Executivo

Fonte da área econômica explica que há um ciclo vicioso na relação dos governadores com o Judiciário. No início dos mandatos, os políticos encontram seus Estados com situação precária nas contas e com dificuldades para pagar despesas de saúde. Entram com pedidos de liminar para suspender algumas obrigações levantando a preocupação com as questões sociais. Conseguem decisões favoráveis, aliviando suas despesas, mas nem sempre as direcionam para as áreas sociais. Tampouco equacionam sua saúde fiscal. “A decisão foca no clamor popular, mas depois da liminar para onde vai o dinheiro?”, questiona uma fonte.

O outro problema desse tipo de decisão é piorar o quadro das contas da União. Recente relatório de garantias publicado pelo Tesouro Nacional aponta abertamente o problema. “Os valores honrados pela União ampliam a necessidade de financiamento da dívida pública federal. Contribuíram para o aumento do valor observado em 2019 o impedimento da União em executar contragarantias do Estado do Rio de Janeiro, em razão da adesão do ente ao regime de Recuperação Fiscal, e dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e do Amapá, em razão de decisões liminares”, aponta o documento, que informou a despesa de R\$ 8,35 bilhões em 2019, recorde da série, subindo 73% ante 2018.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Salvador: concessionárias vendem carros não vendidos em 2019  
SAVERDAILY

### LINK PATROCINADO

Médico brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta  
VITAL 4K

### LINK PATROCINADO

Os 17 países mais ricos na América Latina  
EVERYDAYCHIMP

### LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Netshoes que as pessoas não sabem  
CUPONOMIA

### LINK PATROCINADO

Os carros que você deve passar longe!  
SENHOR CARROS

### LINK PATROCINADO

10 Cabelos que te deixarão mais jovem  
FLASHPOSTS.COM

---

## Veja em Valor Investe

### VALOR INVESTE

Quem pode ser um MEI?

### VALOR INVESTE

Atlas Quantum suspende serviços por 72 horas

### VALOR INVESTE

Comércio Brasil-Irã não deve diminuir com crise com EUA, diz professor da FGV

### VALOR INVESTE

PIB brasileiro 'perde' para 83% dos países nos anos 2010

### VALOR INVESTE

MEI pode comprar carro 0km com até 30% de desconto

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente". diz Bolsonaro sobre denúncia contra chefe da Secom